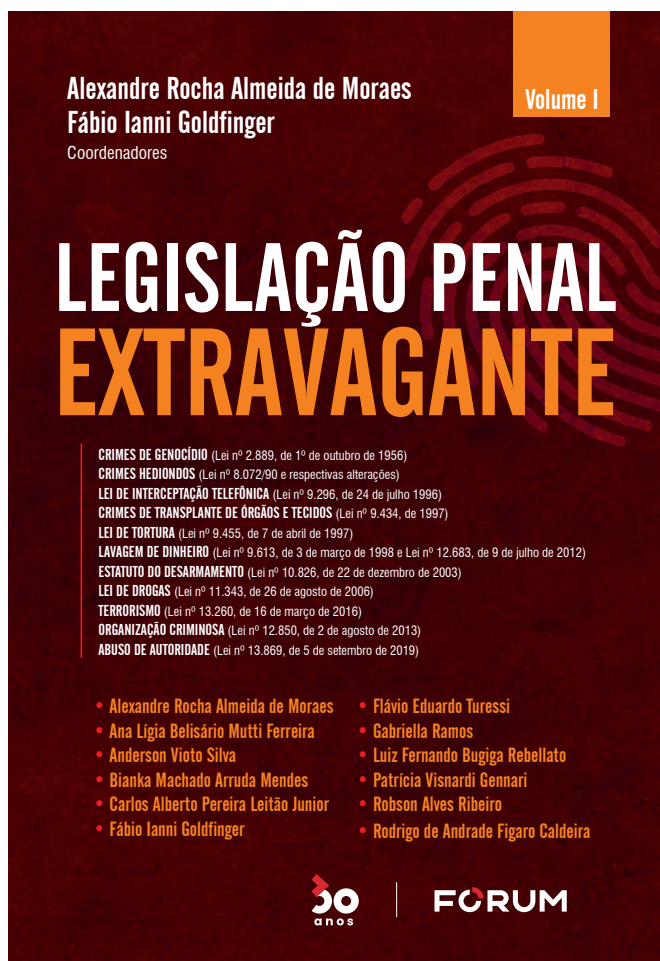




Este primeiro volume de comentários à legislação extravagante trata de temas ligados à criminalidade organizada, sem rosto, e dos crimes praticados contra humanidade. Seleccionamos, a partir desse critério, leis penais e processuais que tratem da proteção da dignidade humana (genocídio, tortura e abusos estatais) e crimes hediondos e praticados por organizações criminosas, com tudo aquilo que envolve, em sentido amplo, a criminalidade mais violenta e perigosa: terrorismo, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e de órgãos e tráfico de armas, assim como os respectivos meios contemporâneos de prova e de obtenção de prova dessas formas de criminalidade.

As leis penais que fazem parte deste volume foram apresentadas em ordem cronológica, escritas sob a forma de artigos científicos, muito além de simples comentários dos textos em vigor, por profissionais que são referências na academia e em suas atuações profissionais.

Alexandre Rocha Almeida de Moraes
Fábio Ianni Goldfinger
Coordenadores

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

VOLUME I

- **CRIMES DE GENOCÍDIO** (Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956)
- **CRIMES HEDIONDOS** (Lei nº 8.072/90 e respectivas alterações)
- **LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA** (Lei nº 9.296, de 24 de julho 1996)
- **CRIMES DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS** (Lei nº 9.434, de 1997)
- **LEI DE TORTURA** (Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997)
- **LAVAGEM DE DINHEIRO** (Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 e Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012)
- **ESTATUTO DO DESARMAMENTO** (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003)
- **LEI DE DROGAS** (Lei nº 11.343, de 26 de agosto de 2006)
- **TERRORISMO** (Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016)
- **ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA** (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013)
- **ABUSO DE AUTORIDADE** (Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019)

Área específica

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL.

Áreas afins

DIREITO PROCESSUAL PENAL. LEGISLAÇÃO
PENAL EXTRAVAGANTE VOLTADA À
CRIMINALIDADE ORGANIZADA E SEM ROSTO

Público-alvo/consumidores

Alunos e Operadores do Direito

FORMATO: 17x24 cm
CÓDIGO: 10003180

L514

Legislação penal extravagante / coordenado por Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.

520p. ; 17cm x 24cm. – (v.1)]

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5518-316-0

1. Direito Penal. 2. Direito Processual Penal. 3. Legislação Penal. 4. Crime organizado. I. Moraes, Alexandre Rocha Almeida de. II. Goldfinger, Fábio Ianni. III. Título. IV. Série.

2021-4621

CDD: 345

CDU: 343

Elaborado por Odílio Hilário Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de; GOLDFINGER, Fábio Ianni (coord.). *Legislação penal extravagante*: Volume I. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 520p. ISBN 978-65-5518-316-0.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

VOLUME I

Alexandre Rocha Almeida de Moraes

Fábio Ianni Goldfinger

Coordenadores

AUTORES



Alexandre Rocha Almeida de Moraes

Promotor de Justiça (MPSP). Mestre e Doutor em Direito Penal pela PUC-SP. Professor de Direito Penal.



Ana Lígia Belisário Mutti Ferreira

Advogada criminalista. Graduada em Direito pelo Centro Universitário UNIFAAT. Pós-Graduada em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Damásio Educacional. Professora assistente em Direito Penal junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP (2020).



Anderson Vioto Silva

Advogado. Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Cogeae/PUC-SP).



Bianka Machado Arruda Mendes

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Especialista em Direito do Estado e das Relações Sociais pela Universidade Católica Dom Bosco. Mestre em Garantismo e Processo Penal pela Universitat de Girona/Espanha.

**Carlos Alberto Pereira Leitão Junior**

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Bacharel, Mestre e Doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor do Curso de Especialização (Pós-Graduação *lato sensu*) em Direito Penal e Processo Penal da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Integrou a banca examinadora do 23º Concurso Público de Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo. Parecerista na *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo*.

**Fábio Ianni Goldfinger**

Promotor de Justiça. Mestrando em Processo Penal pela PUC-SP.

**Flávio Eduardo Turessi**

Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Mestre em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito Penal pela Escola Paulista da Magistratura (EPM). Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Ex-Delegado de Polícia/SP. Ex-Membro da Advocacia-Geral da União/AGU. Autor da obra *Justiça penal negociada e criminalidade macroeconômica organizada: o papel da política criminal na construção da ciência global do direito penal*, publicada pela Editora JusPodivm, e da obra *Bens jurídicos coletivos: proteção penal, fundamentos e limites constitucionais à luz dos mandados de criminalização*, publicada pela Editora Juruá.

**Gabriella Ramos**

Advogada. Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela PUC-SP.

**Luiz Fernando Bugiga Rebellato**

Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutorando e Mestre em Direito Processual Penal pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Autor de livros jurídicos e palestrante.

**Patrícia Visnardi Gennari**

Mestranda em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especializada em Ciências Criminais pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (ESMP/MPSP). Advogada.

**Robson Alves Ribeiro**

Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo. Mestrando em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Especialista em Direito Penal pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (ESMP). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Professor dos Cursos de Especialização da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (ESMP). Professor universitário. Palestrante.

**Rodrigo de Andrade Figaro Caldeira**

Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo. Doutorando e Mestre em Direito Processual Penal pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Professor convidado do Complexo Educacional Damásio de Jesus, da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e de Cursos de Pós-Graduação de Direito Penal e Direito Processual Penal. Integrou a banca examinadora do 24º Concurso de Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo. Parecerista na *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério do Estado de São Paulo*. Autor de livros jurídicos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger	19
---	----

CRIMES DE GENOCÍDIO – LEI Nº 2.889, DE 1º.10.1956

Anderson Vioto Silva	21
1 Contextualização histórica	21
1.1 Um breve introito sobre a humanidade	21
1.2 A evolução do crime de genocídio	23
1.3 O Massacre Haximu – Um crime de genocídio no contexto brasileiro	26
2 A Lei do Genocídio – Lei nº 2.889, de 1º.10.1956	27
2.1 Análise e crítica ao texto legal	28
2.1.1 Art. 1º – Genocídio propriamente dito	28
2.1.1.1 Concurso de crimes	31
2.1.2 Art. 2º – Associação para a prática de genocídio	32
2.1.3 Art. 3º – Incitação ao genocídio	33
2.1.4 Art. 4º – Causa especial de aumento de pena	34
2.1.5 Art. 5º – Tentativa	35
2.1.6 Art. 6º – Crimes políticos e extradição	35
2.2 Elemento teleológico e conflito aparente de normas	36
2.2.1 Genocídio e terrorismo	36
2.2.2 Crimes de guerra	37
2.2.3 Código Penal Militar	38
2.3 Competência e extraterritorialidade	38
3 O enfrentamento do crime de genocídio na comunidade internacional	39
3.1 Nuremberg e Tóquio: a gênese de uma tutela internacional	39
3.2 Os tribunais ad hoc de Ruanda e Ex-Iugoslávia	40
3.3 O Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional	42
Referências	44

CRIMES HEDIONDOS – LEIS Nº 8.072/90, Nº 8.930/94, Nº 9.695/98, nº 11.464/07, nº 12.978/14, nº 13.142/15, nº 13.260/16 e nº 13.964/19

Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Ana Lígia Belisário Mutti Ferreira	47
1 Fundamento constitucional, garantismo social e mandados de criminalização	47
2 Origem ideológica e o Movimento Lei e Ordem	53
3 Crimes hediondos propriamente ditos	60
4 Consequências da hediondez	67
4.1 A impossibilidade de concessão de anistia, graça e indulto	67
4.2 A impossibilidade de concessão de fiança e a concessão de liberdade provisória	69
4.3 Regime inicial de cumprimento de pena e sistema prisional progressivo	71
4.4 A prisão temporária nos crimes hediondos e equiparados	76
4.5 O livramento condicional	77
4.6 O surgimento da “delação premiada”	78
Referências	78

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO MEIO DE PROVA – LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996

Gabriella Ramos, Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger	81
1 Introdução: contexto histórico e pós-modernidade	81
2 Interceptação telefônica: conceito e natureza jurídica	84
2.1 Conceito, natureza e espécies	84
3 Parâmetros e limites legais	89
3.1 Fumaça do bom direito e periculum in mora	89
3.2 Fundamentação judicial e delimitação da jurisdição	91
4 Objeto e sujeitos da interceptação	93
4.1 Prazo e prorrogação	95
4.2 Situações similares e a licitude do conteúdo interceptado mediante a infiltração de vírus	97
5 Da validade e ilicitude da prova	98
5.1 O crime de interceptação ilegal e a prova ilícita	100
5.2 Admissibilidade da prova ilícita	102
6 Da constitucionalidade da interceptação telefônica: uma análise crítica à luz do princípio da proporcionalidade	105
6.1 Restrições e limites constitucionais	105
6.2 Legitimidade da interceptação telefônica no combate à criminalidade organizada ...	108
7 Cadeia de custódia	111
Referências	112

ASPECTOS PENAIS DO CRIME DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS –
LEI Nº 9.434, DE 1997

Patrícia Visnardi Gennari.....	117
1 Introdução.....	117
1.1 A epistemologia dos transplantes de órgãos, partes e tecidos: uma narrativa .. de poder	119
2 Apresentação geral dos tipos penais incriminadores da Lei nº 9.434/97	127
2.1 Breve evolução legislativa	127
2.2 Breves notas sobre o bem jurídico e os tipos da Lei nº 9.434/97	129
2.3 Alguns aspectos conceituais sobre o transplante de órgãos, ossos, partes e tecidos	133
3 O crime organizado no contexto da Lei nº 9.434/97	135
3.1 A remoção ilegal de órgãos, partes e tecidos de pessoa ou cadáver (art. 14)	137
3.1.1 Tipos principais – Tipos simples (art. 14, caput, da Lei nº 9.434/97).....	137
3.1.1.1 Remoção onerosa de órgãos, partes e tecidos (art. 14, caput, c/c art. 1º).....	139
3.1.1.2 Remoção clandestina de órgãos, partes ou tecidos (art. 14, caput, c/c art. 2º).....	139
3.1.1.3 Remoção post mortem de órgãos, partes e tecidos sem o diagnóstico válido de morte encefálica (art. 14, caput, c/c art. 3º)	140
3.1.1.4 Remoção post mortem de órgãos, partes e tecidos sem o consentimento válido (art. 14, caput, c/c arts. 4º e 5º).....	142
3.1.1.5 Remoção de órgãos, partes e tecidos de pessoa não identificada (art. 14, caput, c/c art. 6º).....	143
3.1.1.6 Remoção de órgãos, partes e tecidos sem verificação da causa mortis (art. 14, caput, c/c parágrafo único do art. 7º).....	145
3.1.1.7 Remoção post mortem de órgãos, partes e tecidos e a não devolução do cadáver (art. 14, caput, c/c art. 8º).....	145
3.1.1.8 Remoção de órgãos, partes e tecidos inter vivos (art. 14, caput, c/c art. 9º).....	145
3.1.1.9 Remoção de órgãos, partes e tecidos obtidos por anúncio proibido (art. 14, caput, c/c art. 11)	147
3.1.1.10 Remoção de órgãos, partes e tecidos sem notificação às centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos (art. 14, caput, c/c art. 13, caput)	148
3.1.2 Tipos acessórios/derivados – qualificados (art. 14, §§1º ao 4º, da Lei nº 9.434/97).....	148
3.1.2.1 Motivação (post mortem e inter vivos)	149
3.1.2.2 Lesão corporal grave	150
3.1.2.3 Lesão corporal gravíssima.....	150
3.1.2.4 Morte	150
3.2 O comércio de órgãos, partes ou tecidos humanos (art. 15).....	151
3.2.1 Tipo principal	151
3.2.2 Tipo equiparado.....	152
3.3 A transplantação criminosa de órgãos, partes ou tecidos (art. 16).....	153
3.4 O tráfico de órgãos, partes e tecidos em sentido estrito (art. 17)	155
3.5 Realização de transplante ou enxerto sem o consentimento válido do receptor ou sua inscrição em lista de espera (art. 18).....	156
3.6 Devolução indigna ou posse ilegal do cadáver do doador	157
3.7 Publicidade ilegal para fins de captação de órgãos ou de financiamento particular (art. 20).....	158
Referências	159

LEI DE TORTURA – LEI Nº 9.455, DE 7.4.1997

Robson Alves Ribeiro	165
1 Contexto histórico e internacional	165
2 Fundamento constitucional.....	167
3 Natureza equiparada à hedionda.....	168
4 Imprescritibilidade	169
5 Ação penal e competência	171
6 Aspectos gerais dos delitos	172
7 Crimes em espécies	173
7.1 Das formas de tortura do art. 1º, I.....	173
7.1.1 Tortura-confissão (art. 1º, I, “a”).....	175
7.1.2 Tortura-crime (art. 1º, I, “b”).....	176
7.1.3 Tortura-preconceito (art. 1º, I, “c”).....	177
7.2 Tortura-castigo (art. 1º, II)	179
7.3 Tortura imprópria (art. 1º, §1º)	181
7.4 Tortura-omissão (art. 1º, §2º).....	183
8 Formas qualificadas (art. 1º, §3º)	185
9 Causas de aumento de pena (art. 1º, §4º)	187
10 Efeitos da condenação (art. 1º, §5º)	188
11 Fiança, graça e anistia (art. 1º, §6º)	190
12 Regime inicial de cumprimento de pena (art. 1º, §7º)	191

13	Extraterritorialidade (art. 2º).....	192
14	Considerações finais	193
	Referências	194

LAVAGEM DE DINHEIRO – LEI Nº 9.613, DE 3.3.1998 E LEI Nº 12.683, DE 9.7.2012

	Luiz Fernando Bugigá Rebellato.....	195
1	Evolução histórica e conceito.....	195
2	Fases da lavagem de dinheiro.....	197
3	Aspectos gerais da tutela penal da lavagem de dinheiro	198
3.1	Bem jurídico tutelado.....	198
3.2	Análise do tipo penal da lavagem de capitais	199
3.2.1	Infração penal antecedente.....	199
3.2.2	Objeto material e jurídico	202
3.2.3	Tipo objetivo.....	203
3.2.4	Sujeitos do crime.....	205
3.2.5	Tipo subjetivo	208
3.2.6	Figuras penais do art. 1º, §§1º e 2º, da Lei nº 9.613/1998.....	211
3.2.7	Natureza jurídica dos crimes de lavagem.....	213
3.2.8	Consumação e tentativa.....	214
3.2.9	Causas de aumento e diminuição de pena	215
3.2.10	Meios de obtenção de prova para a lavagem de dinheiro	218
3.2.11	Efeitos da condenação.....	220
4	Disposições processuais.....	220
4.1	Procedimento processual	220
4.2	Julgamento do delito de lavagem e a infração penal antecedente: conexão e questão prejudicial	221
4.3	Competência criminal para julgamento do delito de lavagem de dinheiro	223
4.3.1	Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de dinheiro	225
4.3.2	Conexão entre as infrações penais anteriores e o delito de lavagem de dinheiro.....	227
4.4	Justa causa para o início da ação penal	230
4.5	Art. 366 do Código de Processo Penal: disciplina normativa específica da Lei de Lavagem de Dinheiro.....	231
5	Medidas assecuratórias reais previstas na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	232
5.1	Legitimidade e pressupostos	234
5.2	Liberação dos bens sujeitos às medidas assecuratórias	235
5.3	Da alienação antecipada	237
5.3.1	Legitimidade e procedimento para requerer a alienação antecipada dos bens	237
5.4	A administração dos bens relacionados às medidas cautelares	242
5.5	Bens, direitos e valores oriundos de crimes praticados no estrangeiro.....	243
6	Pessoas sujeitas aos mecanismos de controle	244
7	Disposições gerais	247
	Referências	249

ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22.12.2003

	Rodrigo de Andrade Figaro Caldeira.....	253
1	Evolução histórica	253
2	Aspectos gerais dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento	254
2.1	Bem jurídico tutelado.....	254
2.2	Competência	255
2.3	Constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato	255
2.4	Conceitos.....	256
3	Posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12).....	258
3.1	Tipo objetivo.....	258
3.2	Elemento normativo.....	258
3.3	Elementos espaciais do tipo	259
3.3.1	Transporte de arma no interior de caminhão e de táxi	259
3.3.2	Posse irregular de arma de fogo x porte ilegal de arma de fogo	259
3.4	Bem jurídico tutelado.....	260
3.5	Objeto material.....	260
3.6	Sujeito ativo	260
3.7	Sujeito passivo.....	260
3.8	Elemento subjetivo do tipo.....	260
3.9	Consumação	260
3.10	Tentativa.....	260
3.11	Competência.....	261
3.12	Classificação doutrinária	261
3.13	Questões controversas	261
3.13.1	Arma de fogo defeituosa	261
3.13.2	Arma de fogo desmuniada.....	261

3.13.3	Arma de brinquedo	262
3.13.4	Necessidade de perícia	262
3.13.5	Concurso de crimes	262
3.13.6	Posse ou porte de mais de uma arma de fogo, munição ou acessório	263
3.13.7	Posse e porte de armas de fogo, munição ou acessório	263
3.13.8	Legítima defesa	263
3.13.9	Princípio da insignificância	264
3.13.10	Arma de fogo obsoleta e atipicidade da conduta	264
4	Omissão de cautela	265
4.1	Tipo objetivo	265
4.2	Bem jurídico	265
4.3	Objeto material	265
4.3.1	Art. 13, da Lei nº 10.826/03 x art. 19, §2º, “c”, do Decreto-Lei nº 3.688/41	265
4.4	Sujeito ativo	266
4.5	Sujeito passivo	266
4.6	Elemento subjetivo do tipo	266
4.7	Consumação	266
4.8	Tentativa	266
4.9	Classificação	267
4.10	Competência	267
4.11	Figura equiparada	267
4.11.1	Tipo objetivo	267
4.11.2	Bem jurídico	268
4.11.3	Objeto material	268
4.11.4	Sujeito ativo	268
4.11.5	Sujeito passivo	268
4.11.6	Elemento subjetivo	268
4.11.7	Consumação	268
4.11.8	Tentativa	268
4.11.9	Classificação	269
4.11.10	Competência	269
5	Porte de arma fogo de uso permitido	269
5.1	Tipo objetivo	269
5.2	Elementos normativos do tipo	270
5.3	Bem jurídico	270
5.4	Objeto material	270
5.5	Sujeito ativo	270
5.6	Sujeito passivo	271
5.7	Elemento subjetivo do tipo	271
5.8	Consumação	271
5.9	Tentativa	271
5.10	Causa de aumento	271
5.11	Classificação	271
5.12	Competência	272
5.13	Inconstitucionalidade da vedação de fiança	272
6	Disparo de arma de fogo	272
6.1	Tipo objetivo	272
6.2	Elemento espacial do tipo	273
6.3	Crime subsidiário	273
6.4	Objeto jurídico	274
6.5	Objeto material	274
6.6	Sujeito ativo	274
6.7	Sujeito passivo	274
6.8	Elemento subjetivo	274
6.9	Consumação	274
6.10	Tentativa	274
6.11	Causa de aumento	274
6.12	Classificação	274
6.13	Competência	275
6.14	Inconstitucionalidade da vedação de fiança	275
7	Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	275
7.1	Tipo objetivo	275
7.2	Elemento normativo	276
7.3	Bem jurídico	276
7.4	Objeto material	276
7.5	Sujeito ativo	276
7.6	Sujeito passivo	276
7.7	Elemento subjetivo	277
7.8	Consumação	277
7.9	Tentativa	277

7.10	Causa de aumento	277
7.11	Classificação	277
7.12	Competência	277
7.13	Insuscetibilidade de liberdade provisória	278
7.14	Questões controversas	278
7.15	Supressão ou alteração de marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato	278
7.15.1	Tipo objetivo	278
7.15.2	Objeto material	279
7.15.3	Consumação	279
7.15.4	Tentativa	279
7.15.5	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo, competência	279
7.15.6	Classificação	279
7.16	Modificação das características da arma de fogo	279
7.16.1	Tipo objetivo	279
7.16.2	Bem jurídico	280
7.16.3	Objeto material	280
7.16.4	Sujeito ativo	280
7.16.5	Sujeito passivo	280
7.16.6	Elemento subjetivo	280
7.16.7	Consumação	280
7.16.8	Tentativa	280
7.16.9	Classificação	280
7.16.10	Competência	281
7.17	Posse ilegal de artefato explosivo ou incendiário	281
7.17.1	Tipo objetivo	281
7.17.2	Elemento normativo	281
7.17.3	Objeto material	281
7.17.4	Consumação	281
7.17.5	Tentativa	281
7.17.6	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo e competência	281
7.17.7	Classificação	281
7.18	Posse ou porte de arma de fogo com numeração, marca ou sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado	282
7.18.1	Tipo objetivo	282
7.18.2	Objeto material	282
7.18.3	Consumação	282
7.18.4	Tentativa	282
7.18.5	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo, competência	283
7.18.6	Classificação	283
7.19	Venda, entrega ou fornecimento de arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente	283
7.19.1	Tipo objetivo	283
7.19.2	Bem jurídico	283
7.19.3	Objeto material	283
7.19.4	Sujeito ativo	283
7.19.5	Sujeito passivo	283
7.19.6	Elemento subjetivo	284
7.19.7	Consumação	284
7.19.8	Tentativa	284
7.19.9	Classificação	284
7.19.10	Competência	284
7.20	Produção, recarregamento, reciclagem ilegal ou adulteração de munição ou explosivo	284
7.20.1	Tipo objetivo	284
7.20.2	Elemento normativo	284
7.20.3	Objeto material	284
7.20.4	Consumação	285
7.20.5	Tentativa	285
7.20.6	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo, competência	285
7.20.7	Classificação	285
7.21	Porte ou posse ilegal de arma de fogo de uso proibido	285
8	Comércio ilegal de arma de fogo	285
8.1	Tipo objetivo	286
8.2	Elemento normativo do tipo	286
8.3	Elemento subjetivo do tipo	286
8.4	Objeto jurídico	286
8.5	Objeto material	287
8.6	Sujeito ativo	287
8.6.1	(Des)necessidade de habitualidade da atividade	287

8.7	Sujeito passivo.....	287
8.8	Consumação	287
8.9	Tentativa.....	287
8.10	Causa de aumento	287
8.11	Classificação	288
8.12	Vedação à liberdade provisória	288
8.13	Figura equiparada	288
9	Tráfico internacional de arma de fogo.....	289
9.1	Tipo objetivo.....	289
9.2	Elemento normativo.....	289
9.3	Bem jurídico.....	289
9.4	Objeto material.....	289
9.5	Sujeito ativo	289
9.6	Sujeito passivo.....	289
9.7	Elemento subjetivo	290
9.8	Consumação	290
9.9	Tentativa.....	290
9.10	Causa de aumento	290
9.11	Classificação	290
9.12	Competência.....	290
9.13	Contrabando (art. 334-A, do CP) x tráfico internacional de arma de fogo.....	291
9.14	Art. 12, da Lei nº 7.170/83 x tráfico internacional de arma de fogo.....	291
9.15	Figura equiparada	291
	Referências	291

LEI DE DROGAS – LEI Nº 11.343, DE 26.8.2006

Bianka Machado Arruda Mendes.....	293
1 Evolução histórica da legislação brasileira quanto ao crime de tráfico de drogas.....	293
2 Conceito de droga.....	297
3 Porte para consumo: art. 28, da Lei de Drogas.....	297
3.1 Bem jurídico tutelado	299
3.2 Descriminalização, despenalização ou desprisionalização	299
3.3 Porte de drogas e princípio da insignificância	302
3.4 Sujeito passivo e princípio da alteridade no crime de porte de drogas.....	303
3.5 Inconstitucionalidade do porte de drogas na América Latina: Argentina e Colômbia.....	304
3.6 Brasil e a inconstitucionalidade do art. 28, da Lei de Drogas	305
4 Brasil e os produtos de cannabis para fins medicinais de uso humano: plantio, cultura e colheita; fabricação, importação, comercialização e prescrição	308
5 Argumentos controversos e a adequada compreensão dos elementos que configuram o tipo penal do tráfico de drogas	310
6 Elementos necessários para diferenciar a associação para o tráfico do concurso eventual de pessoas	315
7 Considerações finais.....	316
Referências	317

TERRORISMO – LEI Nº 13.260, DE 16.3.2016

Carlos Alberto Pereira Leitão Junior	321
1 Introdução.....	321
2 Evolução legislativa no Brasil	325
3 Conceito de terrorismo	329
3.1 Especial motivo de agir.....	330
3.1.1 Xenofobia	330
3.1.2 Discriminação.....	330
3.1.3 Preconceito.....	330
3.1.4 Raça.....	330
3.1.5 Cor.....	331
3.1.6 Etnia.....	331
3.1.7 Religião	331
3.2 Especial fim de agir	331
3.3 Exposição a perigo de pessoa, patrimônio, paz pública ou incolumidade pública.....	332
3.4 Bem jurídico tutelado	332
3.5 Tipo subjetivo.....	332
3.6 Sujeito ativo	332
3.7 Sujeito passivo.....	333
3.8 Atos de terrorismo	333
3.8.1 Atos de terrorismo previstos no inc. I, do §1º, do art. 2º.....	333
3.8.2 Atos de terrorismo previstos no inc. IV, do §1º, do art. 2º	334
3.8.3 Atos de terrorismo previstos no inc. V, do §1º, do art. 2º.....	335
3.9 Consumação	335

3.10	Tentativa.....	335
3.11	Classificação doutrinária	335
3.12	Manifestações sociais como causa excludente de tipicidade	335
4	Organização terrorista	336
4.1	Tipicidade objetiva	336
4.2	Elemento subjetivo	337
4.3	Bem jurídico tutelado	337
4.4	Sujeito ativo	337
4.5	Sujeito passivo.....	337
4.6	Consumação	337
4.7	Tentativa.....	337
4.8	Classificação doutrinária	338
5	Atos preparatórios	338
5.1	Punição de atos preparatórios de terrorismo	338
5.2	Art. 5º, caput, da Lei nº 13.260/16.....	340
5.2.1	Elemento subjetivo	340
5.2.2	Bem jurídico tutelado.....	340
5.2.3	Sujeito ativo	341
5.2.4	Sujeito passivo.....	341
5.2.5	Consumação	341
5.2.6	Tentativa.....	341
5.2.7	Classificação	341
5.3	Figuras equiparadas.....	341
5.3.1	Conduta prevista no art. 5º, §1º, inc. I, da Lei nº 13.260/16.....	341
5.3.2	Conduta prevista no art. 5º, §1º, inc. II, da Lei nº 13.260/16	342
5.3.3	Elemento subjetivo	342
5.3.4	Bem jurídico	342
5.3.5	Sujeito ativo	342
5.3.6	Sujeito passivo.....	342
5.3.7	Consumação	342
5.3.8	Tentativa.....	342
5.3.9	Classificação	343
6	Financiamento ao terrorismo.....	343
6.1	Tipicidade objetiva	343
6.2	Elemento subjetivo	343
6.3	Bem jurídico tutelado.....	343
6.4	Sujeito ativo	344
6.5	Sujeito passivo	344
6.6	Consumação	344
6.7	Tentativa.....	344
6.8	Classificação	344
6.9	Figura equiparada	344
7	Causa de aumento	345
8	Arrependimento eficaz e desistência voluntária.....	345
9	Competência para processar e julgar os crimes da Lei nº 13.260/16	346
10	Natureza hedionda: teoria restritiva x teoria ampliativa.....	347
11	Ticking bomb scenario theory	347
12	Direito penal do inimigo e terrorismo	349
12.1	Ainda sobre o direito penal do inimigo	349
	Referências	353

ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – LEI Nº 12.850, DE 2.8.2013

Flávio Eduardo Turessi	357
Introdução.....	357
1 Sociedade e crime organizado: raízes históricas e desenvolvimento na era pós-moderna.....	357
2 Globalização, internacionalização do direito penal e o panorama legislativo brasileiro no enfrentamento aos delitos de organização	359
I Da organização criminosa (arts. 1º e 2º)	364
II Da investigação e dos meios de obtenção da prova (arts. 3º a 21).....	377
III Disposições finais (arts. 22 a 27)	458
Referências	465

LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 13.869, DE 5.9.2019

Robson Alves Ribeiro	469
1 Evolução histórica	469
2 Aspectos gerais dos delitos	473
2.1 Bens jurídicos tutelados.....	473
2.2 Competência.....	474
2.3 Elemento subjetivo do tipo.....	475

3	Disciplina legal.....	476
3.1	Disposições gerais.....	476
3.2	Dos sujeitos do crime	477
3.3	Da ação penal	477
3.4	Dos efeitos da condenação e das penas restritivas de direitos	478
3.4.1	Dos efeitos da condenação	478
3.4.2	Das penas restritivas de direitos.....	479
3.5	Das sanções de natureza civil e administrativa.....	479
3.6	Dos crimes e das penas	480
3.6.1	Art. 9º.....	480
3.6.2	Art. 10	483
3.6.3	Art. 11 (vetado)	485
3.6.4	Art. 12	485
3.6.5	Art. 13	489
3.6.6	Art. 14 (vetado)	491
3.6.7	Art. 15	491
3.6.8	Art. 16	494
3.6.9	Art. 17 (vetado)	495
3.6.10	Art. 18	495
3.6.11	Art. 19	496
3.6.12	Art. 20	497
3.6.13	Art. 21	499
3.6.14	Art. 22	501
3.6.15	Art. 23	502
3.6.16	Art. 24	503
3.6.17	Art. 25	504
3.6.18	Art. 26 (vetado)	505
3.6.19	Art. 27	505
3.6.20	Art. 28	506
3.6.21	Art. 29	507
3.6.22	Art. 30	508
3.6.23	Art. 31	509
3.6.24	Art. 32	510
3.6.25	Art. 33	511
3.6.26	Art. 34 (vetado)	512
3.6.27	Art. 35 (vetado)	512
3.6.28	Art. 36	512
3.6.29	Art. 37	513
3.6.30	Art. 38	514
3.7	Do procedimento	514
3.8	Disposições finais.....	515
	Referências	517
	SOBRE OS AUTORES.....	519